

Publicado no DOE/JP, Nº 0931
(SUPLEMENTO LOA),
De 09 de janeiro de 2026.


Valdir Paulino da Silva

MENSAGEM Nº 001 /26
De 09 de janeiro de 2026

Ao
Excelentíssimo Sr.
Vereador **Valdir José Dowsley**
Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa-PB
Nesta

João Pessoa, 09 de janeiro de 2026.

Ref.: Encaminhamento de Autógrafo nº 4036 – PLO 575/2025 - Estima a receita e fixa a despesa do Município de João Pessoa para o Exercício 2026

Sr. Presidente,

Dirijo-me a esta Casa Legislativa, por intermédio de V.Ex.^a, para comunicar que, usando das prerrogativas do **art. 35, § 2º, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, combinado com o art. 60, IV, do mesmo diploma legal**, decidi **vetar** as seguintes emendas de Remanejamento ao Projeto de Lei Ordinária nº 575/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de João Pessoa para o Exercício 2026 – Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), aprovado pelo Plenário desta Casa Legislativa em Sessão Ordinária realizada em 16 de dezembro de 2025, pelas razões que passo a expor:

EMENDA DE REMANEJAMENTO 01/2025:

Razões do Veto:

Após análise por parte da equipe técnica, constatou-se que **a Emenda nomeada está em desacordo com a classificação orçamentária da despesa, ou seja, o elemento de despesa informado para anulação não existe na referida ação de governo informada**, desta forma, a emenda proposta vai de encontro ao disposto no art. 28, III, § 1º, da Lei nº 15.596, de 28 de julho de 2025.

EMENDAS DE REMANEJAMENTO 02/2025, 13/2025, 14/2025 E 15/2025:

Razões dos Vetos:

As emendas sob comento tratam de implementação/reestruturação de PCCR (Plano de Cargo, Carreira e Remuneração) de categorias de servidores de órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo. Em que pese o fato de reconhecer a importância dos temas, entendo que o acolhimento das referidas emendas pode infringir o princípio da independência entre os poderes, previsto em nossa Constituição, especialmente no que diz respeito à competência legislativa municipal.

A função legislativa da Câmara de Vereadores é, notadamente, típica e ampla, porém residual, atingindo as matérias que não foram reservadas, expressa e privativamente à iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Qualquer espécie normativa editada em desrespeito ao processo legislativo, mais especificamente, não observando aquele que detém o poder de iniciativa legislativa para determinado assunto, apresentará flagrante vício de inconstitucionalidade. **Vejamos o que diz a Lei Orgânica do Município de João Pessoa:**

Art. 30 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - regime jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

...

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do município.

Dessa forma, **há vício de iniciativa nas emendas propostas, pois dizem respeito ao regime jurídico dos servidores de determinadas categorias, todas integrantes da estrutura do Poder Executivo, bem assim na estruturação da carreira e possivelmente aumento de despesas com remuneração.**

Vê-se, pois, que ao aprovar as Emendas em questão, a Câmara Municipal poderia estar extrapolando sua competência legislativa e invadindo a esfera de atuação de outros Poderes e instâncias federativas, ferindo o princípio da independência entre os Poderes.

EMENDA DE REMANEJAMENTO 07/2025:

Razões do Veto:

Após análise por parte da equipe técnica, constatou-se que **a Emenda nomeada contém erro na classificação funcional, mais precisamente no que diz respeito à classificação institucional, cujo código informado inexistente para a referida secretaria.** Desta forma, a emenda proposta vai de encontro ao disposto no art. 28, II, § 1º, da Lei nº 15.596, de 28 de julho de 2025.

Isto posto, e por entender que é essencial respeitar a divisão de competências estabelecidas em nossa Constituição para garantir o correto funcionamento do sistema político-administrativo, forçosos se fazem os vetos às Emendas de Remanejamento 01/2025, 02/2025, 07/2025, 13/2025, 14/2025 e 15/2025, todas elas propostas ao texto originário do Projeto de Lei Ordinária nº 575/2025.

Oportunamente, restituo a matéria ao reexame e apreciação do Poder Legislativo Municipal para análise e deliberação de Vossas Excelências.

Cícero de Lucena Filho
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4974-0007-F0A8-54B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 09/01/2026 16:06:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4974-0007-F0A8-54B7>